LEI Nº 3.132, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR PROFISSIONAIS POR PARZO DETERMINADO, PARA ATENDER À IMPERIOSA NECESSIDADE DE MANTER A REGUÇLARIDADE DO FUNCIONAMENTO DA OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que, a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, **APROVOU** e eu, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar contrato administrativo de prestação de serviços, para atender à imperiosa necessidade das funções inerentes ao cargo Auxiliar de Operação Municipal, conforme Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Município de Alegre.

§ 1º - As contratações se destinam à prestação de serviços junto à Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos, nas diversas atividades próprias da carreira.

§ 2º - É vedado, sob pena de nulidade do ato e consequente responsabilidade administrativa, à autoridade que:

I. desviar da função a pessoa contratada;
II. contratar pessoal fora dos casos autorizados pela presente lei.

Art. 2º - O recrutamento do pessoal a ser contratado será feito pela Secretaria Municipal de Administração, em caráter de urgência, mediante processo seletivo simplificado, prescindindo de concurso público.

Art. 3º - Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Administração para efetuar as contratações e promover a sua organização, de acordo com as necessidades, observando-se o seguinte:

§ 1º - Prazo determinado das contratações, com duração de 12 (doze) meses.

§ 2º - Os contratados, na forma da lei, estão sujeitos aos mesmos deveres, proibições e responsabilidades vigentes para os servidores públicos deste Município.

§ 3º - A remuneração dos contratados respeitará o valor do mínimo salarial estabelecido pelo Governo Federal.

§ 4º - Os contratos administrativos para atendimento ao disposto nesta Lei poderão ser rescindidos antecipadamente nos seguintes casos:

I. a pedido do Contratado;

II. por desnecessidade, à vista de realização de Concurso Público;

III. por avaliação do servidor, realizada mensalmente, se negativa, a critério de comissão designada pelo Secretário Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos, especialmente para esse fim;

IV. quando o contratado ocorrer em falta disciplinar grave prevista no Estatuto dos Servidores Públicos deste Município;

V. por conveniência da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Serviços Públicos.

Art. 4º - Assegura-se aos contratados o regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Parágrafo único – Os contratados são segurados e contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência, na forma da legislação federal de custeio de benefícios.

Art. 5º - Compete ao contratado, exercer suas atividades profissionais nos locais definidos, conforme consta abaixo e respectivo número de vagas:

Secretaria Municipal de Obras, Plan. Urbano e Serviços Públicos ..... 38 vagas
Distrito do Café ..... 03 vagas
Distrito de Santa Angélica ..... 02 vagas
Distrito de Araraí ..... 02 vagas
Assentamento Floresta ..... 01 vaga.

Art. 6º - As despesas decorrentes das contratações autorizadas pela presente Lei correrão por conta do Orçamento da Prefeitura Municipal de Alegre.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Alegre (ES), 29 de dezembro de 2010.

JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.